

CARTA ABERTA À NAÇÃO BRASILEIRA





Cícero Heraldo Novaes
Presidente CDL

Prezada nação brasileira e seus representantes: Presidente Bolsonaro, membros do Executivo e do Legislativo brasileiro;

Quando o Presidente Bolsonaro esteve na CDL de Uberlândia, antes de sua eleição, para um debate sobre seu plano de governo, ficou muito claro que sua principal plataforma seria em prol do liberalismo na economia, ressaltando principalmente a necessidade de desonerar e desburocratizar as empresas.

Por causa do conteúdo do programa apresentado, a grande maioria de nossos associados e da população resolveu elegê-lo e a esperança de mudanças contagiou a todos nós brasileiros.

Passados os cem primeiros dias de seu governo, sentimos que o excesso de ações praticadas e nem sempre prioritárias, tais como: foco em pontos específicos de política externa, embates com o legislativo em assuntos secundários e polêmicos, posicionamentos sobre fatos irrelevantes, desgastes desnecessários com pontos de vista de ministros e de atitudes da imprensa, entre outros, acabaram por desviar os atos necessários para a implementação das mudanças prometidas.

No momento que o Presidente definiu que a principal meta seria a reforma da previdência, também importante para o equilíbrio das finanças públicas e para a retomada do investimento do Estado, escolheu um caminho mais árduo, demorado e sujeito a muita negociação política. Esta escolha no final, com a ajuda do Legislativo, surtirá o efeito esperado para a estabilização do débito fiscal.

Agora, a pauta de proteção e preservação do empreendedorismo e das micro, pequenas e médias empresas, precisa ser iniciada e implantada como uma segunda prioridade. Hoje elas se encontram sufocadas e são o único meio de produção, criação de empregos, geração de renda e impostos e, sobretudo, de reequilíbrio social.

Atualmente o segmento empresarial sofre para se manter lucrativo e é objeto de constantes arbitrariedades e de abusos por parte do Estado, além de correr um risco muito grande por conta da insegurança jurídica do Brasil.

Ao escolhermos o Presidente Bolsonaro para dirigir o destino de nosso país, nos tornamos corresponsáveis pela condução e pelo êxito de suas ações. Temos a certeza de sua vontade para acertar e das dificuldades em lidar com todas as pressões que recaem sobre suas possíveis condutas.

Este é o momento de união para que o Brasil, um país tão diverso, cheio de riquezas naturais e com um povo hospitaleiro e trabalhador, seja capaz de prosperar e ter um futuro brilhante.

Os membros do Congresso Nacional precisam se empenhar na aprovação de projetos, que permitam que a população tenha um ambiente de trabalho amistoso e que as conquistas sejam recorrentes e em benefício de todos. Os eleitores esperam esta postura por parte de seus deputados e senadores eleitos.

O diálogo e a escolha do que é importante para o país, deve ser a obrigação de todos os escolhidos pelo povo, sem a preocupação com contrapartidas e com preceitos de negócio.

Sendo assim, sentimos a necessidade de expressar nossa opinião, para que todos reflitam e voltem a priorizar o que realmente vai fazer a diferença e com certeza, trará o apoio da população brasileira produtiva, como sugerimos a seguir:

1. Legislação

Reduzir drasticamente as leis brasileiras e se for o caso, mudar a constituição. Esta medida realinhará os excessos de direitos sem a contrapartida dos deveres e permitirá uma limitação nas práticas abusivas e nas ações judiciais, dando fôlego às empresas com a diminuição da burocracia.

2. Área Trabalhista

Readaptar a quase octogenária CLT às novas condições de trabalho, eliminando anomalias, como a multa por demissão aplicada sobre o FGTS e permitindo uma maior “livre” negociação entre as partes, além de retirar o caráter de hipossuficiência do trabalhador. Esta medida permitirá um incremento na criação de empregos e uma grande diminuição nos processos trabalhistas.

Os altos custos da justiça trabalhista e a forma como uma grande parte dos juízes trabalham, dando razão à parte dos trabalhadores, que somente contam com provas testemunhais ou com julgamentos com sentenças diferentes em causas iguais, poderiam ser resolvidas com a dissolução do órgão, que seria transformado em uma vara da justiça comum, modelo este adotado pelos países mais desenvolvidos.

3. Justiça

Recrutar um Judiciário ágil com juízes competentes e responsáveis pelo cumprimento das leis, sem interpretações pessoais de analogia que a lei não determina.

Definir com clareza o papel do STF, que hoje funciona como uma quarta instância e não como o guardião da constituição. O supremo assume inconstitucionalmente o papel do Legislativo, ao transformar sentenças em leis.

Outro problema, são seus ministros, que julgam monocraticamente como se fossem onipotentes e distorcem o conceito de julgamento justo.

Criar uma corregedoria que funcione acima do STF, para acompanhar e tomar medidas e punições cabíveis, quando houver motivo de abusos por parte dos juízes.

Eliminar o exagero de liminares, habeas corpus, vistas e ações recorrentes, que visam postergar os julgamentos e proteger os criminosos.

Definir o julgamento em 2ª instância como o momento para se determinar a prisão quando o réu for condenado.

4. Fiscalização

Aprimorar os mecanismos para fiscalizar o poder público e coibir a corrupção, além de criar um corpo investigativo e uma vara judicial especializada, para punir com rapidez e de forma contundente quem pratica o delito. A corrupção sempre reaparece, portanto precisa ser combatida, pois a certeza da impunidade é que a faz florescer.

5. Tributação

Os tributos (taxas, contribuições e impostos) sobre quem trabalha são absurdamente altos. Uma reformulação profunda na área tributária se faz necessária com o intuito de desonerar as empresas, a atividade produtiva e os encargos das empresas sobre o trabalhador.

A criação de um imposto sobre o consumo fora da cesta básica, sobre os altos ganhos do capital seria o caminho para compensar a perda de receita do Estado, se a reestruturação fosse feita.

A elaboração de um plano tributário que transfira pelo menos o dobro dos impostos para os municípios, o fim do anômalo PIS/Cofins e a extinção do ICMS, como mecanismo de guerra fiscal, também são fundamentais.

6. Equidade de tratamento

A irracionalidade de isenções, subsídios, incentivos, subvenções, auxílios e outras formas de transferência de recursos públicos para estados, regiões, empresas de grande porte e atividades produtivas específicas é um mal que precisa ser combatido. Os setores do comércio e serviços são os que mais perdem neste jogo, porém são também os que mais criam empregos, portanto esta condição é inegociável e precisa de controle persistente.

7. Limitação da participação estatal

A redução das empresas estatais e das participações de órgãos públicos e de fomento (BNDES, Fundos de pensão públicos e outros) em empresas privadas, são o caminho para o saneamento de ações políticas, que beneficiam grupos de interesses e causam prejuízos ao erário público.

8. Barreiras Comerciais

O protecionismo às empresas brasileiras e as dificuldades criadas para as relações do comércio internacional, como: as resoluções e normas da Receita Federal, impostos, taxas e outras especificações que impedem o livre comércio, nos leva a um ambiente desalentador e pouco atrativo aos investimentos.

9. Crédito

A necessidade de crédito fácil e barato é fundamental para a economia. O cadastro positivo, criado recentemente, pode ajudar, porém as taxas e spreads que compõem os juros bancários, necessitam ser reduzidas e a alta concentração dos bancos, praticamente um oligopólio, precisa ser corrigida através de estímulos que incentivem a concorrência e a outros meios tecnológicos, como as Fintechs.

Conclusão

Estas metas que estão ligadas especificamente ao ambiente de negócios e a saúde das empresas, se executadas de imediato, produziriam uma mudança positiva no crescimento do PIB e, conseqüentemente, uma melhoria considerável na oferta de empregos.

O grande problema brasileiro é criar condições de trabalho para os 13 milhões de desempregados e colocar na formalidade os 37 milhões que trabalham fora do sistema. Isto afeta uma população do tamanho da Espanha.

Na expectativa de termos colaborado com a nação brasileira e seus poderes, nos colocamos à inteira disposição para somarmos esforços em prol do bem comum.

Eng. Cicero Heraldo Novaes
Presidente da CDL Uberlândia



Av. Belo Horizonte, 1290 - Bairro Osvaldo - Uberlândia/MG - CEP 38400-454

(34) 3239-3415

www.cdludi.org.br

Sistema CNDL

